



OTOC faz Soma das partes

Sai um pólis económico!

A criação de um Pólis económico, a remuneração pelos recursos naturais do interior, o investimento público e a responsabilização de quem governa foram algumas das conclusões que saíram do debate Portugal: a soma das partes, promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.

O bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) considera fundamental a transparência e o rigor na gestão da causa pública, lembrando que não existe nenhuma lei que peça responsabilidades a quem faz essa gestão. Domingues de Azevedo encerrava desta forma o debate promovido pela OTOC (Portugal: a soma das

partes), na passada segunda-feira, em Castelo Branco.

Aquele responsável falou ao final da manhã, depois de ter assistido a uma sessão animada, onde o ex-secretário de Estado do Comércio e agora deputado socialista, Fernando Serrasqueiro, lançou a ideia de se criar um Pólis Económico.

A proposta do deputado socialista passaria pela criação de um programa semelhante ao de reabilitação de zonas urbanas lançado pelo Governo de António Guterres, mas destinado a criar riqueza em zonas específicas.

Fernando Serrasqueiro explicou que esse programa deveria incluir “apoios e incentivos à atividade económica, medidas de organização, formação, entre outras, com impacto para cativar iniciativas empresariais que dinamizem o território”.

Já o deputado do PSD, Carlos São Martinho, defendeu que o interior “tem que ser remunerado pelos recursos naturais que cede ao resto do país, como a água ou a fixação de carbono. É necessário compensar a região por tudo aquilo em que não



Joaquim Morão, Domingues de Azevedo e Paulo Baldaia encerraram o debate

a deixam evoluir, para que a população massificada do litoral possa ter produtos de qualidade”.

Investimento é necessário

Na iniciativa, desenvolvida em conjunto com a TSF e Diário de Notícias,

que juntou várias dezenas de Técnicos Oficiais de Contas e Empresários, Joaquim Morão, presidente da Câmara de Castelo Branco voltou a sublinhar a importância de se regressar à agricultura. “Temos pela frente um grande problema e importa saber como se vai ultrapassar. Temos que voltar à agricultura. Sem isso, o

mundo rural desaparece”.

O autarca lembrou a necessidade de haver investimento público no interior do país. “Nos nossos meios urbanos o problema é mais complicado. Sem investimento público não teremos grandes hipóteses, pois o privado não é suficiente”.

Joaquim Morão recorreu ainda que “antes para

fixar empresas bastava ceder o terreno, hoje é preciso muito mais. Castelo Branco disponibiliza já estruturas físicas, criando condições para que novas empresas se criem ou se instalem no concelho”. Para além disso, há outro problema que afeta o tecido económico: “a classe empresarial não se tem renovado. É preciso uma nova geração com capacidade de risco”, concluiu.

Já Carlos Maia, presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB), defendeu que a qualificação e o Ensino Superior, em particular, será um fator crucial para tirar Portugal da crise. Aquele responsável pediu coragem política para que 90 por cento das vagas de acesso Ensino Superior deixem de estar no litoral.

O debate contou ainda com outras intervenções: casos de Francisco Alveirinho Correia (técnico oficial de contas), Nuno Cetra, administrador da Portugal Telecom e Filipe Costa, coordenador técnico da CerFundão.

João Carrega